

ADELINO FORTUNATO (*)

A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A propósito de F. Froebel, J. Heinrichs, O. Kreye, *The New International Division of labour: Structural Unemployment in Industrialised Countries and Industrialisation in Developing Countries*, Cambridge University Press, 1979.

Nos últimos séculos, os países da «periferia» foram globalmente incorporados na economia capitalista mundial como fornecedores de matérias primas minerais e vegetais e de força de trabalho (escravos) barata à indústria dos países capitalistas desenvolvidos. Esta é a Divisão Internacional do Trabalho «clássica» lançada pelas bases da acumulação capitalista mundial.

O livro de Folker Froebel, Jurgen Heinrichs e Otto Kreye «A nova divisão internacional do trabalho» procura demonstrar que pela primeira vez desde há vários séculos os países coloniais e semicoloniais industrializam-se numa escala cada vez maior, o que conduz a que a sua produção se dissemine pelo mundo. Em particular, uma percentagem crescente das suas exportações e da sua produção é constituída por produtos manufacturados.

Esta «relocalização» das actividades industriais tornou-se possível pelas modificações que a nível tecnológico se verificaram e que consistem:

- a) no desenvolvimento duma tecnologia que permite fazer ultrapassar facilmente o problema das distâncias geográficas, graças a técnicas modernas de transporte, comunicação e organização
- b) no desenvolvimento de novas técnicas de produção que permitem decompor um processo complexo em tarefas elementares e integrar trabalhadores pouco qualificados ou não especializados a cumpri-las em substituição de outros altamente especializados.

(*) Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Estas duas inovações abrem caminho à possibilidade nova de aproveitar duma forma plena o vasto reservatório mundial de força de trabalho, o que coloca os trabalhadores das zonas do «Terceiro Mundo» a competir duma forma directa e com sucesso com os trabalhadores dos países mais industrializados do mundo, justificando mesmo a adopção do conceito de «exército industrial de reserva mundial».

Nestas condições, o resultado é a aplicação do princípio de Babbage: a decomposição do processo de trabalho nas suas componentes mais elementares (a especialização produtiva e a divisão social do trabalho) conduz a uma baixa na despesa em salários porque permite substituir força de trabalho especializada por mão de obra indiferenciada, adequada a tarefas mais simples e repetitivas; ao mesmo tempo favorece o controlo do processo de trabalho pois nenhum grupo particular de trabalhadores controla aquele processo como um todo. Trata-se, portanto, da aplicação deste princípio mas numa base mundial.

Em suma, a associação daqueles três elementos (tecnologia de transportes, comunicação e organização; decomposição do processo de trabalho numa base mundial; possibilidade de utilização de força de trabalho não especializada) permitiu criar um mercado mundial único de trabalho e um mercado mundial único de locais de implantação industrial, que simultaneamente engloba os países tradicionalmente industrializados e os países subdesenvolvidos.

Os sinais de industrialização de alguns países do «Terceiro Mundo» manifestam-se não só pelo peso crescente dos produtos manufacturados nas suas exportações globais, mas manifestam-se adicionalmente pela constituição de empresas e indústrias de exportação, que procuram utilizar as vastas reservas de força de trabalho barata destes países, normalmente integradas verticalmente a Firms Multinacionais, fabricando, montando ou terminando componentes de produtos intermédios ou acabados. Esta via de penetração nos países subdesenvolvidos faz-se pela criação de empresas e zonas industrializadas viradas para o mercado mundial, mas por vezes ela assume a forma particular de «zonas francas» de produção.

As «zonas francas» de produção são caracterizadas por fornecerem as seguintes facilidades aos investidores estrangeiros:

- Total isenção de direitos aduaneiros ou impostos durante um certo período sobre tudo o que é necessário importar para produzir
- Total isenção de impostos sobre os rendimentos durante 5 a 10 anos

- Independência face às políticas de controlo de câmbios e possibilidade de repatriamento livre dos lucros até um certo montante
- Facilidades especiais de financiamento
- Tarifas preferenciais nos transportes
- Permissão para alugar empresas pré-fabricadas para evitar investimentos imobiliários
- Disponibilidade e fácil acesso a empresas de reparação, cantinas, serviços médico-hospitalares, bancos, etc.

Segundo um estudo recente de Otto Kreye ⁽¹⁾, em 1975 «as indústrias de exportação nas zonas francas de produção ou fora destas funcionavam ou iam funcionar em 17 de 33 países da Ásia, em 13 de 44 países de África, em 21 de 26 países da América Latina».

Num processo claramente complementar com este, a transnacionalização bancária e sobretudo a constituição dum sistema monetário e financeiro «off-shore» privado, onde as autoridades monetárias locais não intervêm — não obriga à constituição de reservas junto dos bancos centrais e as suas operações de crédito estão isentas de impostos — exprime a nível financeiro aquilo que as zonas francas exprimem ao nível da produção industrial. Charles Albert Michalet aponta o Barhein, o Panamá, Singapura, Hong Kong, Filipinas e as Bahamas como exemplos concretos de zonas de implantação deste sistema ⁽²⁾.

Mas o fenómeno mais espectacular é o ritmo de crescimento da produção e das exportações de produtos manufacturados de alguns países de ponta neste processo. Assim entre 1966 e 1975 a produção manufactureira de Singapura cresceu a uma taxa anual de 13% e no mesmo período na Formosa e na Coreia do Sul a produção industrial cresceu a uma taxa anual de 18% e 24% respectivamente. A percentagem das exportações de produtos manufacturados da Coreia do Sul no total das exportações passa de 88,3% em 1975 para 89,7% em 1977 e o crescimento conjunto do seu comércio externo faz-se a um ritmo alucinante: 3271 biliões de dólares em 1974, 10200 biliões de dólares em 1977.

Que evolução para a periferia?

O livro de Folker Froebel, Otto Kreye e Jurgen Heinrichs representa um bom trabalho de investigação deste conjunto de problemas, duma forma largamente documentada a respeito de vários países. Ele representa mesmo uma das observações mais atentas do fenómeno de aprofundamento da divi-

são internacional do trabalho. Mas apresenta duas zonas de análise que constituem dois pontos polémicos deste trabalho.

Em primeiro lugar, não são convenientemente justificadas, do ponto de vista teórico, as transformações fundamentais da economia mundial que explicam o surgimento e o aprofundamento da «nova divisão internacional do trabalho». As razões invocadas pelos autores têm que ser inseridas numa análise da evolução de conjunto da estrutura da economia capitalista mundial, desde os seus inícios, que evidencie as contradições principais de cada período e a respectiva forma de os ultrapassar. A produção excedentária sistemática de bens de equipamento nos países imperialistas⁽³⁾ e as necessidades de escoamento em termos de mercados (hoje 40% das exportações dos 4 principais países imperialistas, Grã Bretanha, Estados Unidos, RFA e Japão são constituídas por bens de equipamento e material de transporte), os efeitos da 3.^a Revolução Tecnológica e a tendência à inovação tecnológica permanente e para uma produção altamente industrializada de matérias primas e a produção de matérias primas sintéticas nos países capitalistas desenvolvidos fornecem, em nossa opinião, os elementos de reflexão a partir dos quais é possível analisar a «onda longa» do pós-guerra.

Em segundo lugar, os autores integram-se numa corrente de opinião existente nos países do «centro» que atribui à «relocalização», à industrialização de alguns países da «periferia» e portanto à concorrência directa dos trabalhadores destes países a responsabilidade (leia-se a explicação) para o desemprego que nos últimos 15 anos se começou a fazer sentir na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Esta opinião está desde logo inscrita nos conceitos discutíveis de «mercado único de trabalho à escala mundial» e de «exército industrial de reserva mundial», bem como na forma como enquadra a crise económica mundial neste contexto e inclusivamente no modo como a relaciona com a situação das firmas capitalistas tomadas individualmente.

As investigações mais recentes não confirmam esta tese, antes pelo contrário demonstram que o conjunto das relações «centro-periferia», mesmo no quadro da «nova divisão internacional do trabalho», têm criado mais empregos do que aqueles que destruíram nos países imperialistas. Citemos apenas os trabalhos de 1979 de Yves Berthelot e Gerard Tardy «Le défi économique du Tiers Monde», e de Philippe Hugon «L'impact du commerce avec les pays sous-développés sur l'emploi des pays industrialisés» que procuram demonstrar com êxito aquela afirmação.

Jogam no mesmo sentido as análises de todos os observadores que imputam às recessões de 1970/71, 1974/75 e 1979/80 as causas próximas dos fortes volumes de desemprego, da baixa na produção, da retracção no investimento e no comércio internacional que atingem não só os países capitalistas avançados como as suas firmas e empresas tomadas individualmente. Note-se, aliás, que os países subdesenvolvidos não poderiam nunca funcionar como elementos centrais na ultrapassagem da crise económica mundial (mesmo para as firmas tomadas individualmente) não só porque eles constituem um pequeno mercado no conjunto do mercado mundial⁽⁴⁾, mas também porque o processo de industrialização da «periferia» atinge apenas alguns países⁽⁵⁾ e dentro destes é limitado. Trata-se dum processo que conserva os elementos de «desarticulação» do aparelho produtivo, de subemprego crónico e massivo, de exiguidade do mercado interno, de elemento motor do mercado externo e controlo do capital estrangeiro, que se adequa mais à noção de semi-industrialização.

São mesmo os países subdesenvolvidos que mais sofrem com os efeitos da recessão internacional, porque vêem os seus mercados nos países imperialistas consideravelmente diminuídos, a procura mundial de matérias primas contraída e os custos de importação do petróleo substancialmente aumentados. O crónico e acelerado endividamento destes países é uma prova absoluta desta afirmação⁽⁶⁾.

Nesta perspectiva, o estudo da «nova divisão internacional do trabalho» não tem apenas um interesse académico — ele entronca nos problemas que irão influir sobre as características económicas, sociais e políticas de dois terços da humanidade e no desafio histórico que cada vez mais se projecta nas preocupações de todos os que intervêm na realidade para a modificar: o da ultrapassagem das desigualdades.

(1) Otto Kreye, «La délocalisation industrielle, une enquête sur les zones franches de production et les entreprises produisant pour le marché mondial en Afrique, Asie et Amérique Latine». Tiers Monde, T. XXI, n.º 81, Janeiro-Março de 1980.

(2) in Tiers Monde, op. cit., pág. 77.

(3) «É neste sentido que à sobreprodução latente de bens de consumo da época do capitalismo de livre concorrência e ao excedente latente de capital de imperialismo clássico sucedeu, no capitalismo tardio, a sobreprodução de bens de produção como forma dominante das contradições económicas, em combinação aliás, com as duas outras formas». Ernest Mandel, *Late Capitalism*.

(4) A participação dos países coloniais e semicoloniais no comércio internacional não tem parado de diminuir: 32% em 1950, 17% em 1970, 15% em 1974.

(⁵) Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura, Jugoslávia, México, Antilhas e Venezuela representam 7% da população dos países subdesenvolvidos e representam 50% das exportações dos produtos manufacturados provenientes daqueles países.

(⁶) DEFICIT DA BALANÇA DE PAGAMENTOS DOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO NÃO MEMBROS DA O.P.E.P. (P.V.D.N.P.)

(Em biliões de dólares)

1973	1974	1975	1976	1977	1978
8	24,5	40	26,5	26,5	40

Fonte: Perspectivas Económicas da OCDE, 1977.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DOS PVDNP

(Em biliões de dólares)

1970	1975	1976	1977
74,23	151,40	206,8	250

Fonte: Perspectivas Económicas da OCDE, 1977.